



ANEXO				
PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.219685/2013-10	LEANDRO MARTINEZ PINEDA	1300264	AM	CAREIRO DA VARZEA

PORTARIA Nº 305, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 63, de 21 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 63, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO				
PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.047230/2014-77	MEINARDO ZAYAS VISMEN	5200156	GO	VIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 306, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 111, de 06 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 111, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURELIO PINTO

ANEXO				
PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.078615/2014-86	SIMONE SILVA REZENDE	3100751	MG	BELO HORIZONTE
25000.078681/2014-56	VERONICA ALEJANDRA RIQUELME MARTINEZ	4300626	RS	URUGUAIANA
25000.078066/2014-40	VIVAS NATIVIDAD LOURDES	4300625	RS	URUGUAIANA

Ministério das Cidades

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 200, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV - E.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22 da Resolução nº 86, de 23 de dezembro de 2002, e com base nos incisos I, II e III do art. 6º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993,

Considerando o aporte de recursos da União previsto nos art. 2º, inciso II, e 82-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, com a redação dada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, Portaria Interministerial nº 464, de 30 de setembro de 2011 e Portaria Interministerial nº 237, de 05 de maio de 2014;

Considerando que o acesso à moradia regular é condição básica para que as famílias de baixa renda possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar sua efetiva inclusão na sociedade brasileira, e que o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que não têm capacidade de poupança exige condições especiais e subsidiadas; e

Considerando que os estímulos ao regime de cooperativismo e associativismo habitacional e ao princípio de ajuda mútua e da autogestão são formas de garantir a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns dentro das necessidades e características dos usos e costumes locais;

Ad Referendum do CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CCFDS) resolve:

Art. 1. Aprovar, na forma do Anexo desta Resolução, o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS definidos no art. 2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

Art. 2. A Secretaria Nacional de Habitação - SNH regulamentará a presente Resolução no âmbito de sua competência, e as operações de créditos contratadas pelos Agentes Financeiro e Operador terão como referencial a Instrução Normativa nº. 14, de 10 de julho de 2013, do Ministério das Cidades, no prazo de sua vigência.

Art. 3. A SNH poderá deliberar sobre os casos omissos e excepcionais para os parâmetros estabelecidos nesta Resolução, mediante parecer favorável dos Agentes Financeiro e Operador.

Art. 4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5. Fica revogada a Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Curador do FDS, publicada no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 2012, Seção 1, páginas 114 a 117.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES
1. OBJETIVO

O Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E tem por objetivo tornar acessível a moradia para famílias organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos para a população de baixa renda.

O Programa concede financiamento diretamente ao beneficiário (pessoa física) ou à Entidade Organizadora (pessoa jurídica), como substituta temporária dos beneficiários.

2. PÚBLICO ALVO

2.1 O público-alvo do PMCMV-E é composto por famílias cuja renda mensal bruta esteja limitada a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas e selecionadas por uma Entidade Organizadora.

2.2 A Entidade Organizadora deverá atender às condições e procedimentos de seleção dos beneficiários estabelecidos na Portaria do Ministério das Cidades nº 595/2013 e alterações posteriores.

2.3 Será permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, na forma do art. 73-A da Lei nº. 11.977/2009.

2.4 Reservar-se-á, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do artigo 38 da Lei nº. 10.741/2003 e suas alterações.

2.5 Todas as unidades habitacionais destinadas a pessoas com deficiência, ou a famílias das quais façam parte pessoas com deficiência, deverão ser adaptadas de acordo com o tipo de deficiência, observando a especificação técnica dos kits para adaptação disponível para consulta no endereço eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

2.6 O Agente Financeiro deverá certificar-se da renda familiar bruta mensal, formal ou informal de cada um dos integrantes do grupo familiar. A metodologia de apuração da renda bruta mensal será definida pelo Agente Financeiro.

2.7 Somente o (a) responsável familiar e seu respectivo cônjuge assinarão o contrato de financiamento.

2.8 Fica expressamente vedada a concessão de financiamentos com recursos do FDS a beneficiário que:

a) Detenha, em qualquer parte do país, outro financiamento imobiliário ativo;

b) Sejam proprietários ou promitentes compradores de imóvel residencial em qualquer parte do país;

c) Tenham recebido, a qualquer época, lote oriundo de programas habitacionais, salvo se a modalidade requerida for para edificação no mesmo; e

d) Tenham recebido, a qualquer época, subsídios diretos ou indiretos com recursos orçamentários da União e/ou dos Fundos Habitacionais FAR, FDS, FGTS e FNHIS para aquisição de moradia.

2.9 Serão consideradas excetuadas as seguintes situações:

a) Nos casos de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pela União, as famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel, mesmo que tenham recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS;

b) As subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional; e

c) Os beneficiários que estejam enquadrados na alínea d, do subitem 2.8, deste Anexo, desde que tenha sido caracterizada ineficácia contratual ou o beneficiário tenha sido substituído durante a fase de construção.

3. ÁREA DE ATUAÇÃO

Áreas urbanas localizadas no território nacional.

4. PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Participarão do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades:

4.1 Gestor da Aplicação - Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação.

4.2 Agente Operador - Caixa Econômica Federal (CAIXA).

4.3 Agentes Financeiros - Instituições Financeiras Federais.

4.4 Entidade Organizadora - Cooperativas habitacionais ou mistas associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas pelo Ministério das Cidades.

4.5 Comissão - Comissão de Representante do Empreendimento - CRE e Comissão de Acompanhamento de Obra - CAO, constituídas em assembleia pelos beneficiários.

4.6 Beneficiários - pessoas físicas adquirentes finais das unidades habitacionais, observado o limite de renda familiar mensal bruta definido no subitem 2.1, deste Anexo, e que sejam indicadas pela Entidade Organizadora.

4.7 Agentes Fomentadores - Secretaria do Patrimônio da União - SPU, Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Companhias de Habitação Popular - COHAB's e órgãos assemelhados, Fundações e/ou entidades privadas.

4.8 Agentes Executores - Entidade Organizadora ou pessoas jurídicas do ramo da construção civil responsáveis pela execução da obra.

4.9 Equipe ou órgão de assessoria técnica, contratada pela Entidade Organizadora;

4.10 Outros órgãos ou entidades, que a critério da Entidade Organizadora, participem da realização dos objetivos do projeto.

5. MODALIDADES

O Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades será operado por intermédio das modalidades a seguir:

5.1 CONTRATAÇÃO COM O BENEFICIÁRIO (Pessoa Física)

5.1.1 Construção em terreno próprio ou de terceiros;

5.1.2 Aquisição de terreno e construção;

5.1.3 Aquisição de imóvel novo; e

5.1.4 Requalificação de imóveis urbanos.

a) A requalificação de imóveis urbanos compreende a aquisição de imóveis, conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, admitidas ainda obras e serviços necessários à modificação de uso.

a.1) Serão adquiridos no âmbito desta modalidade, exclusivamente, imóveis que se encontrem vazios, abandonados ou subutilizados.

a.2) Os imóveis deverão estar situados em áreas inseridas na malha urbana, dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

Parágrafo único. Serão considerados novos os imóveis com até 180 (cento e oitenta) dias de "habite-se", ou documento equivalente, expedido pelo órgão público municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenham sido habitados ou alienados.

5.2 CONTRATAÇÃO DIRETA COM A ENTIDADE ORGANIZADORA (Pessoa Jurídica)

Contratação direta com a Entidade Organizadora, como substituta temporária dos beneficiários, vinculada à contratação futura com os beneficiários.

5.2.1 Aquisição de terreno e construção.

5.2.2 Aquisição de terreno, pagamento de assistência técnica e despesas com legalização, para futura construção das unidades habitacionais.

5.2.3 Pagamento de assistência técnica e despesas com legalização em terrenos transferidos e em processo de transferência pelo poder público ou de propriedade da Entidade Organizadora, para futura construção das unidades habitacionais.

5.2.4 Construção em terreno de sua propriedade, em terrenos transferidos e/ou em processo de transferência pelo poder público.

5.2.5 Requalificação de imóvel urbano, observado o disposto no subitem 5.1.4, deste Anexo.